



Prefeitura Municipal de Campinas

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 008/2011

4VD – VICE-DIRETOR

Nome do Candidato

Número de Inscrição

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

INSTRUÇÕES GERAIS

– O candidato receberá do fiscal:

Um Caderno de Questões contendo **50 (cinquenta) questões** objetivas de múltipla escolha.

Uma Folha de Respostas personalizada para a Prova Objetiva.

– Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no Caderno de Questões, se a numeração das questões e a paginação estão corretas e se não há falhas, manchas ou borrões. Se algum desses problemas for detectado, solicite ao fiscal outro caderno completo. Não serão aceitas reclamações posteriores.

– A totalidade das Provas terá a duração de **4 (quatro) horas**, incluindo o tempo para preenchimento da Folha de Respostas da Prova Objetiva.

– O candidato poderá se retirar da sala de prova após transcorridas **2 (duas) horas** do efetivo início da prova, entregando o Caderno de Questões e a Folha de Respostas ao fiscal, a qual será o único documento válido para a correção.

– O Caderno de Questões será disponibilizado para consulta no site da Cetro Concursos, juntamente com a divulgação do gabarito, a partir do dia **28 de fevereiro de 2012**.

– Não serão permitidas consultas a quaisquer materiais, uso de telefone celular ou outros aparelhos eletrônicos.

– Caso seja necessária a utilização do sanitário, o candidato deverá solicitar permissão ao fiscal de sala, que designará um fiscal volante para acompanhá-lo no deslocamento, devendo manter-se em silêncio durante o percurso, podendo, antes da entrada no sanitário e depois da utilização deste, ser submetido a revista com detector de metais. Na situação descrita, se for detectado que o candidato estiver portando qualquer tipo de equipamento eletrônico, será eliminado automaticamente do concurso.

– Após o término da prova, ao sair da sala de prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de realização das provas, não podendo permanecer nas suas dependências, bem como não poderá utilizar os sanitários.

ATENÇÃO

– Verifique se seus dados estão corretos na Folha de Respostas.

– A Folha de Respostas **NÃO** pode ser dobrada, amassada, rasurada, manchada ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.

– Assinale a alternativa que julgar correta para cada questão na Folha de Respostas, usando caneta esferográfica de tinta preta ou azul. Para cada questão, existe apenas **1 (uma)** resposta certa – não serão computadas questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emendas ou rasuras.

– O modo correto de assinalar a alternativa é cobrindo, completamente, o espaço a ela correspondente, conforme modelo abaixo:



– Todas as questões deverão ser respondidas.

OS TEXTOS E AS QUESTÕES FORAM REDIGIDOS CONFORME O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA, MAS ESTE NÃO SERÁ COBRADO NO CONTEÚDO.



CONCURSOS PÚBLICOS

02/2012

Espaço reservado para anotação das respostas

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS – CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 008/2011

4VD – VICE-DIRETOR



Nome: _____

Inscrição: _____

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50

O Caderno de Questões será disponibilizado no site da Cetro Concursos (www.cetroconcursos.org.br) a partir do dia 28 de fevereiro de 2012.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. Leia o trecho abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas.

Um vice-diretor, pela primeira vez, ficou encarregado da direção de uma escola na ausência do diretor. Este, por sua vez, resolveu se aprofundar na área de Educação Infantil, pois havia, até então, apenas trabalhado com Ensino Fundamental II e Ensino Médio. Como um vice-diretor deve sempre se preocupar com sua formação, pois uma de suas atribuições é lidar com coordenadores e professores, resolveu pesquisar um pouco mais sobre isso a fim de orientar os coordenadores e educandos, e descobriu que, em 1895, surgiu o primeiro _____ no Brasil. Antes disso, as crianças ficavam em casa até os _____.

- (A) jardim de infância público/ 10 anos
- (B) escola de ensino básico pública/ 8 anos
- (C) jardim de infância público/ 7 anos
- (D) escola de ensino básico privada/ 9 anos

2. Uma vice-diretora, pensando em suas atribuições e funções, decidiu pesquisar sobre a história da Educação para entender melhor o processo de ensino-aprendizagem, de onde vieram as influências e qual foi o caminho percorrido para que a escola chegasse onde está. Descobriu que as mulheres nem sempre foram bem quistas como educadoras dentro da escola e que isto começou a mudar no século XIX. Descobriu, ainda, que, após a Proclamação da República,

- I. surgiram as escolas especiais, com ensino voltado a crianças, a partir de 10 anos de idade, com necessidades especiais.
- II. o governo reformou o ensino primário e normal, organizando uma rede de escolas normais e complementares.
- III. a presença feminina nos cursos de formação de professores das Escolas Normais aumentou e esse aumento se deu devido ao magistério surgir como alternativa ao casamento forçado e ofícios de menor prestígio, como o de lavadeira e parteira.

É correto o que está contido em

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) I, II e III.

3. Discutia-se, na sala de reuniões de uma escola, a importância do aluno e da Educação para o futuro. Este assunto começou a ganhar força por volta da década de 1920, quando o aluno era o centro das atenções. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) Surge a Escola Nova, movimento que reinventa a escola a partir de conhecimentos produzidos por meios alternativos, com embasamento empírico, não científico.
- (B) O aluno deve ser o sujeito mais importante da escola. Para isso, defende a adoção de novos métodos e a reforma dos currículos escolares.

- (C) O conhecimento deve ser ensinado exclusivamente na escola. Havia resistência quanto ao conhecimento adquirido fora da escola, ainda não se utilizava o contexto sociocultural no ensino-aprendizagem.
- (D) O Manifesto da Escola Nova, assinado por personalidades como Anísio Teixeira, defendia a universalização da escola pública, laica e gratuita e mudanças nas práticas e saberes pedagógicos, não levando em conta, contudo, a experiência da criança.
4. Um vice-diretor deve ter em mente, na forma da lei, quais são as incumbências dos estabelecimentos de ensino, pois, além de ser um conhecimento obrigatório para os atuantes na área, é também necessário, principalmente nas ocasiões em que o diretor está ausente. Pode-se afirmar, então, de acordo com a Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDBEN), que os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de, entre outros,
- (A) notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de 30 (trinta) por cento do percentual permitido em lei.
- (B) informar pai e mãe, exclusivamente os conviventes com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola.
- (C) articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola.
- (D) baixar normas complementares para o seu sistema de ensino.
5. Um aluno, que possui deficiência mental, mudou-se para Campinas e deseja adentrar em uma escola de educação básica para terminar o Ensino Fundamental. Contudo, a mãe dele estava com dificuldades para conseguir vagas, pois já havia se passado um terço do ano letivo. A vice-diretora de uma escola, assumindo temporariamente o cargo da diretora em licença, negou-se a aceitar o aluno, mesmo com diversas vagas disponíveis, alegando não existir suporte para o ensino-aprendizagem deste aluno, visto que demandava cuidados especiais. A vice-diretora sequer tentou encaixá-lo em uma turma, alegando, ainda, que a entrada deste aluno acarretaria uma queda na média dos demais alunos e que a mãe dele deveria procurar uma instituição particular com ensino voltado à Educação Especial. De acordo com a Constituição Federativa da República do Brasil, a vice-diretora infringiu
- (A) o artigo 206, parágrafo I, da Constituição Federal, pois o ensino deve ser ministrado com base na igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
- (B) o artigo 206, parágrafo III, da Constituição Federal, pois ensino deve ser ministrado com base na liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.
- (C) o artigo 206, parágrafo II, pois ensino deve ser ministrado com base no pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.
- (D) o artigo 206, parágrafo V, pois deve-se garantir o padrão de qualidade do ensino público, na forma da lei.
6. Foi solicitado que o vice-diretor comparecesse na sala da coordenação do Ensino Fundamental, pois a coordenadora possuía dúvidas sobre a conduta inadequada de um professor. O professor havia exposto um aluno por ter errado uma questão simples de Matemática, deixando-o constrangido frente aos colegas de sala. Este, por sua vez, pediu para ir ao banheiro e dirigiu-se à coordenação, em busca de uma punição ao professor que o havia “agredido”. O vice-diretor, então, explicou que a conduta inadequada do professor infringia um artigo do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Sendo assim, é correto afirmar que o professor

- (A) infringiu o direito à liberdade do aluno, que compreende a expressão e a opinião deste, sem que exista nenhum tipo de preconceito ou opressão.
 - (B) infringiu o direito à liberdade do aluno, que compreende buscar refúgio, auxílio e orientação, quando o impediu de ir à sala da coordenação.
 - (C) infringiu o direito à dignidade da pessoa humana e à liberdade do aluno, pois além de pô-lo a tratamento desumano, impediu que este expressasse sua opinião.
 - (D) infringiu o direito ao respeito e à dignidade, pois o primeiro consiste na inviolabilidade psíquica e moral e o segundo compreende que o aluno deve estar salvo de qualquer tratamento vexatório ou constrangedor.
7. Os profissionais da área de Educação devem estar sempre atentos às leis e suas respectivas alterações, à Constituição e suas emendas. De acordo com a Constituição, a lei estabelecerá o Plano Nacional De Educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam à
- (A) erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, melhorias na formação para o trabalho, promoção humanística e tecnológica e universalização do atendimento escolar.
 - (B) promoção humanística e tecnológica, melhoria da qualidade de ensino, amenização do analfabetismo e universalização do atendimento escolar.
 - (C) formação para o trabalho, estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em Educação como proporção do produto interno bruto, amenização do analfabetismo, universalização do atendimento escolar e melhoria da qualidade do ensino.
 - (D) erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, melhoria da qualidade do ensino, formação para o trabalho, promoção humanística, científica e tecnológica do País e estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em Educação como proporção do produto interno bruto.
8. A diretora de uma instituição educacional que atende crianças de 0 a 3 anos e 11 meses solicitou que o vice-diretor propusesse, com base nas propostas das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, uma organização de materiais, espaços e tempos com a finalidade de efetivar os objetivos, as propostas pedagógicas da instituição e o trabalho coletivo. Diante do exposto, assinale a alternativa que **não** apresenta um aspecto que precisa ser assegurado.
- (A) A educação em sua integridade, entendendo o cuidado como algo indissociável ao processo educativo.
 - (B) A indivisibilidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural da criança.
 - (C) A ausência de deslocamentos e de movimentos amplos das crianças nos espaços internos e externos às salas de referencia dos agrupamentos, excetuando a área de parque para as crianças maiores de dois anos.
 - (D) O estabelecimento de uma relação efetiva com a comunidade local e de mecanismos que garantam a gestão democrática e a consideração dos saberes da comunidade.

9. A vice-diretora, substituindo a diretora da unidade que se encontrava em licença médica, iniciou a primeira reunião de organização da unidade revisitando a proposta pedagógica. Com base na Resolução nº 5, de 2009, solicitou que cinco professores apresentassem a definição de Educação Infantil. Sendo assim, assinale a alternativa cuja definição de Educação Infantil coincide com a referida legislação.
- (A) Primeira etapa do Ensino Fundamental, oferecida em creches, pré-escolas e escolas de Ensino Fundamental, as quais se caracterizam como espaços institucionais escolares que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 6 anos de idade, no período diurno, em jornada integral ou parcial. São regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e não são submetidos a controle social.
 - (B) Ensino que tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania. É oferecido em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos, que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 6 anos de idade, no período diurno, em jornada integral. São regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino.
 - (C) Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches, pré-escolas e atendimento domiciliar, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos e domésticos. Constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados, seja em creches formalmente organizadas e instituídas, seja de outras formas de organização, que educam e cuidam de crianças de 0 a 6 anos de idade, no período diurno, em jornada integral ou parcial. São regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social.
 - (D) Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos, que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade, no período diurno, em jornada integral ou parcial. São regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social.
10. A vice-diretora, substituindo a diretora da unidade, iniciou a reunião com os pais apresentando a concepção de criança que norteia as ações da entidade. De acordo com a Resolução nº 5/09, criança é
- (A) ser único e universal, abstrato e generalizável. Cabe ao educador ou cuidador legitimá-la enquanto um ser em crescimento, incapaz de agir, interagir, descobrir e transformar o mundo. Essas são habilidades dos adolescentes e adultos.
 - (B) um ser passivo, desatento, incapaz de criar hipóteses sobre o seu ambiente, por isso precisa ser tutelado, dirigido, condicionado, ensinado. A construção do conhecimento e da autonomia se processa do individual para o social.
 - (C) um sujeito que aprende sem ser ensinado, aprende sozinho, pela descoberta. Mas a descoberta não é solução para o problema de educação. Para fortalecer a cultura, é preciso transmitir, passar às crianças seu acúmulo de conhecimento, aptidões e práticas sociais e éticas. A instituição de Educação Infantil foi estabelecida para servir a esse propósito.
 - (D) sujeito histórico e de direito que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

11. Entendendo a proposta pedagógica da unidade ou projeto político-pedagógico como o plano orientador das ações da instituição, que define as metas que se pretende para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças que nela são educados e cuidados, a diretora criou estratégias para que ele fosse um processo de elaboração coletiva da comunidade escolar. Numas das reuniões para sua elaboração, foi necessária a conceituação de “currículo”. Sendo assim, é correto afirmar que, de acordo com a Resolução nº 5/09, currículo é
- (A) um guia de orientação que deve servir de base para discussões entre profissionais de um mesmo sistema de ensino ou no interior da instituição, na elaboração de seus projetos educativos; é um rol de conteúdos a serem desenvolvidos.
 - (B) o conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.
 - (C) um programa de conteúdos de disciplinas a serem seguidas pelos professores nas instituições educacionais. O objetivo de definir um currículo bem planejado é garantir a melhor oferta cultural que o sistema educacional possa apresentar aos alunos, priorizando os saberes historicamente elaborados.
 - (D) uma palavra que derivada do termo latino “currus” – carro, carruagem, significando um lugar no qual se corre. Seu uso metafórico em educação seria a busca de um caminho, uma direção, que orientaria o percurso para atingir certas finalidades. É um grupo sistemático de cursos ou sequência de matérias necessárias ao desenvolvimento cognitivo da criança.

Leia o texto abaixo para responder à questão 12.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças. Na observância das diretrizes, a proposta pedagógica das instituições deve garantir que elas cumpram plenamente sua função sociopolítica e pedagógica.

Adaptado.

12. De acordo com texto acima, o vice-diretor, em concordância com o coletivo da instituição, desenvolveu uma série de ações programadas visando a que a instituição assumisse a responsabilidade de
- (A) demonstrar que a relação entre a família e profissionais é uma relação de poder baseada nos conhecimentos e que as decisões do que é melhor para cada criança são uma questão de competência técnica.
 - (B) de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias.
 - (C) identificar as características socioeconômicas de cada família e garantir a orientação, o atendimento psicológico, social e singular dessa clientela.
 - (D) identificar as transformações pelas quais passa a família, constatando que esta deixou de ser a primeira fonte de influência no comportamento, nas emoções e na ética da criança, que hoje é substituída pela ação docente das instituições de ensino. Pois os bebês vivem cerca de 10h do dia na instituição, interagindo com o mundo.

Leia os trechos abaixo para responder á questão 13.

A proposta pedagógica das instituições educacionais deverá prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, tempos e espaços que assegurem o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação. A diversidade faz parte do acontecer humano.

A diversidade é norma da espécie humana: seres humanos são diversos em suas experiências culturais, são únicos em suas personalidades e são também diversos em suas formas de perceber o mundo. Seres humanos apresentam, ainda, diversidade biológica.

Elvira de Souza Lima

13. Como toda forma de diversidade é hoje recebida na escola, há a demanda óbvia por um currículo que atenda a essa universalidade. Diante dos princípios descritos norteadores da organização curricular, a gestão da unidade deve

- (A) reconhecer que há diversos conhecimentos produzidos pela humanidade que estão ausentes e, assim, devem permanecer, nos currículos e na formação dos professores, como, por exemplo, o conhecimento produzido pela comunidade negra ao longo da luta pela superação do racismo; o conhecimento produzido pelas mulheres no processo de luta pela igualdade de gênero; o conhecimento produzido pela juventude na vivência da sua condição juvenil, entre outros. Incorporar esses conhecimentos que versam sobre a produção histórica das diferenças e das desigualdades é uma forma de discriminação e viabilizar tratos escolares românticos sobre a diversidade e expor a desigualdade, que deve permanecer velada.
- (B) discursar sobre a diversidade, mas agir, planejando, organizando o currículo, vendo os alunos como um bloco homogêneo e um corpo abstrato, pois a escola é uma instituição de ensino coletivo para as amplas massas da população. O currículo escolar deve garantir a padronização no sentido de combater a diversidade existente, rumo ao igualitarismo, como se convivesse com um protótipo único de aluno.
- (C) garantir alguns eventos, como no Dia da Consciência Negra, de reconhecimento da identidade cultural (negros, indígenas, homossexuais, entre outros). No currículo escolar, a diversidade deve aparecer não como um dos eixos centrais da orientação curricular, mas, sim, como um tema. As diversidades são partes que diversificam o currículo e não núcleos. Os conhecimentos historicamente produzidos e elaborados devem ocupar lugar hegemônico da organização curricular.
- (D) agir, sair do imobilismo e da inércia e cumprir a sua função pedagógica diante da diversidade: construir, conjuntamente com os docentes, práticas pedagógicas que realmente expressem a riqueza das identidades e da diversidade cultural presente na escola e na sociedade. Falar sobre diversidade e diferença implica posicionar-se contra processos de colonização e dominação. É perceber como, nesses contextos, algumas diferenças foram naturalizadas e inferiorizadas sendo, portanto, tratadas de forma desigual e discriminatória. É entender o impacto subjetivo destes processos na vida dos sujeitos sociais e no cotidiano da escola.

Leia o trecho abaixo para responder à questão 14.

A avaliação da eficácia das escolas resulta de um processo de construção, pelos atores envolvidos, de uma representação dos objetivos e dos efeitos de sua ação comum. Assim, a eficácia não é mais definida de fora para dentro: são os membros da escola que, em etapas sucessivas, definem e ajustam seu contrato, suas finalidades, suas exigências, seus critérios de eficácia e, enfim, organizam seu próprio controle contínuo dos progressos feitos, negociam e realizam os ajustes necessários.

Thurler

14. Nessa perspectiva, uma vice-diretora afirmou na reunião inicial de planejamento escolar que, para ser bem-sucedido no processo de planejamento, um requisito básico é tomar como ponto de partida
- (A) as condições encontradas. O planejamento resulta de um processo de reflexão sobre a ação a ser desenvolvida, de modo a alcançar o objetivo pretendido, utilizando, da forma mais adequada, os recursos existentes, o que possibilitará, também, definir com maior clareza os meios e recursos que ainda precisam ser viabilizados para essa ação.
 - (B) a escola isoladamente como a instância responsável pela qualidade do ensino público, muito aquém do sistema, somente com a fragmentação do sistema constrói-se a autonomia das unidades.
 - (C) a autoavaliação dos órgãos centrais e regionais, principalmente quando, nos sistemas escolares, a avaliação está vinculada à ideia de seleção, de classificação, de premiação ou de punição, representando uma ameaça aos indivíduos ou grupos.
 - (D) a legislação e o como fazer. A partir das leis e de dados apresentados pelo sistema, compete à escola começar com a formulação de alternativas de intervenção.

Leia o texto abaixo para responder à questão 15.

A avaliação é uma das atividades do processo pedagógico, necessariamente inserida no projeto pedagógico da escola, não podendo, portanto, ser considerada isoladamente. Deve ocorrer em consonância com os princípios de aprendizagem adotados e com a função que a educação escolar tenha na sociedade. A avaliação é apresentada como responsabilidade coletiva e particular, e há defesa da importância de questionamentos a conceitos cristalizados de avaliação e sua superação.

Cláudia de Oliveira Fernandes/ Luiz Carlos de Freitas
Adaptado. Currículo e Avaliação/ MEC

15. A vice-diretora de uma escola recebeu uma professora que apresentava a produção de um aluno, dizendo que se tratava de um aluno fraco, sem rendimento, indisciplinado e grosseiro. A professora fechou seu diagnóstico com base nos testes e nas provas e concluía sobre a necessidade de apoio psicológico e até o afastamento temporário da sala de aula para não prejudicar os demais, pois, segundo ela, por causa de um, a turma toda fica rebelde. Tal postura e essa prática estão imbuídas de concepções, representações, sentidos e expressam certo modo de ver o mundo. Esse certo modo de ver o mundo, que está imbricado na ação da professora, trouxe para sua ação reflexos da cultura e de práticas vividas, no que tange à avaliação escolar, que estão muito impregnados pela lógica

- (A) da mudança. A professora entende que a avaliação é uma atividade orientada para o futuro. Avalia-se para tentar manter ou melhorar a atuação futura. Essa é a base da distinção entre medir e avaliar. Medir refere-se ao presente e ao passado e visa a obter informações a respeito do progresso efetuado pelos estudantes. Avaliar refere-se à reflexão sobre as informações obtidas com vistas a planejar o futuro.
- (B) do acompanhamento do desenvolvimento do estudante. Para a professora, a avaliação é uma das atividades que ocorre dentro de um processo pedagógico. Este processo inclui outras ações que implicam a própria formulação dos objetivos da ação educativa, a definição de seus conteúdos e métodos, entre outros. A avaliação, portanto, sendo parte de um processo maior, deve ser usada tanto no sentido de um acompanhamento do desenvolvimento do estudante como no sentido de uma apreciação final sobre o que este estudante pôde obter em um determinado período, sempre com vistas a planejar ações educativas futuras.
- (C) da inclusão, do diálogo, da construção da autonomia, da mediação, da participação, da construção da responsabilidade com o coletivo. A perspectiva de avaliação da professora alinha-se com a proposta de uma escola mais democrática, inclusiva, que considera as infindáveis possibilidades de realização de aprendizagens por parte dos estudantes. Essa concepção de avaliação parte do princípio de que todas as pessoas são capazes de aprender e de que as ações educativas, as estratégias de ensino, os conteúdos das disciplinas devem ser planejados a partir dessas infinitas possibilidades de aprender dos estudantes.
- (D) da classificação e da seleção. A professora usa as notas escolares para colocar os avaliados em uma situação classificatória. A cultura meritocrática naturaliza o uso das notas a fim de classificar os melhores e os piores avaliados. Em termos de educação escolar, os melhores seguirão em frente, os piores voltarão para o início da fila, refazendo todo o caminho percorrido ao longo de um período de estudos.

Leia o texto abaixo para responder à questão 16.

O calor é forte dentro e fora da sala de aula. Na turma, crianças classificadas como fracasso escolar circulam pela sala de aula, vestidas de parangolé, dirigindo-se aos muitos pôsteres escritos e pendurados pelas paredes. Cadernos na mão, buscam informações, apagam, corrigem, discutem, olhando alternativamente para os cadernos e para os cartazes, que foram feitos por elas mesmas. Alunos negros, já na adolescência, acumulam todos, vários anos (7, 8, 9, 10...) de não aprendizagem na escola. Até chegar à classe outra professora, negra também ela, que escolhe trabalhar alfabetização a partir de manifestações culturais do eixo africano de nossa cultura. Jongo, maculelê, capoeira, narrativas orais, costumes ancestrais. A turma se autoelege a turma do Parangolé, e os alunos andam vestidos assim, vez por outra, na escola. Uma questão de identidade da raça negra. A aula hoje começou com a leitura dramatizada de um capítulo de um romance. Capítulo a capítulo, ela vai trazendo em dias espaçados, a narrativa que trata de temas universais, que atraem a todos, em todas as idades: o bem e o mal; as disputas; os conflitos; as questões éticas; os valores de amizade, do companheirismo.

Elvira Souza Lima
Currículo e Desenvolvimento Humano. MEC.

16. Esta professora consegue ensinar a todos ou todos aprendem com ela e sua prática pedagógica se pauta na concepção de que

- (A) é um equívoco considerar o aprender como uma atividade cognitiva entendida unicamente como desenvolvimento intelectual. A construção do conhecimento envolve a emoção e, por ser uma ação social, implica trocas afetivas. Desta forma, a pessoa que aprende está presente em sua totalidade na situação de aprendizagem, assim como suas experiências na escola e com o conhecimento constituirão sua personalidade e sua forma de colocação no meio.
- (B) devido às peculiaridades do conhecimento formal, o trabalho com o educando pode se restringir a transmitir o conhecimento e não deve incluir, também, formas de apropriação do conhecimento posto.
- (C) o trabalho com a cultura e as artes deve substituir o trabalho sistemático com cada disciplina. Não há como a cultura e as artes se conectarem ao conhecimento formal no nível de desenvolvimento de categorias de pensamento e formação de conceitos.
- (D) o ser humano constitui e amplia os conceitos, continuamente, e esta ampliação depende de elementos internos à pessoa. Para constituição de um conceito, é suficiente somente a construção de significado, sendo desnecessário o estabelecimento e a compreensão das relações múltiplas possíveis existentes entre os vários significados.
17. A instituição escolar, como é vista, foi constituída na história da humanidade como o espaço de socialização do conhecimento formal historicamente construído. O processo de educação formal possibilita novas formas de pensamento e de comportamento. Por meio das artes e das ciências o ser humano transforma sua vida e de seus descendentes. A escola é um espaço de ampliação da experiência humana, devendo, para tanto, não se limitar às experiências cotidianas da criança e trazendo, necessariamente, conhecimentos novos, metodologias e as áreas de conhecimento contemporâneas. O currículo se torna, assim, um instrumento de formação humana. Um currículo, para a formação humana,
- (A) não tem historicidade, não precisa ser situado historicamente, uma vez que os instrumentos culturais que são utilizados na mediação do desenvolvimento e na dinâmica das funções psicológicas superiores se modificam com o avanço tecnológico e científico.
- (B) limita os conhecimentos relacionados às vivências do aluno, às realidades regionais, ou com base no assim chamado conhecimento do cotidiano. Nessa perspectiva, currículo é a experiência cultural do aluno.
- (C) é aquele orientado para a inclusão de todos ao acesso dos bens culturais e ao conhecimento. Está, assim, a serviço da diversidade. Os seres humanos são diversos em suas experiências culturais, são únicos em suas personalidades e são diversos em suas formas de perceber o mundo. Os seres humanos apresentam, também, diversidade biológica.
- (D) entende que o conhecimento é informação. Quando se faz uma pergunta, pede-se informação. Quando se assiste à televisão ou a um filme, absorve-se informação. Ao ler um jornal, uma revista em quadrinhos, ou ao ouvir uma música, é sabido que se lida com algum tipo de informação.

Leia o trecho abaixo para responder à questão 18.

Um aspecto a ser trabalhado, que consideramos de especial relevância, diz respeito a se procurar, na escola, promover ocasiões que favoreçam a tomada de consciência da construção da identidade cultural de cada um de nós, docentes e gestores, relacionando-a aos processos socioculturais do contexto em que vivemos e à história de nosso país. O que temos constatado é a pouca consciência que, em geral, temos desses processos e do cruzamento de culturas neles presente.

18. Uma vice-diretora, coordenando uma reunião de planejamento, dividiu os educadores em pequenos grupos e solicitou que fossem socializadas narrativas de memória de como cada um se constituiu em um profissional. Num segundo momento essas narrativas seriam socializadas no grande grupo. Com essa estratégia de formação continuada, conseguiu
- (A) consolidar práticas educacionais instituídas historicamente e necessárias à construção da escola de qualidade para todos e, sobretudo, racionalizar a própria prática, num processo de controle e de neutralização das emoções e das subjetividades.
 - (B) reconhecer a multiculturalidade e a diversidade como elementos constitutivos do processo ensino-aprendizagem. Desvelar essa realidade e favorecer uma visão dinâmica, contextualizada e plural das identidades culturais é fundamental. Um politeísmo de práticas pedagógicas que são expostas e de maneira geral são inimagináveis e invisíveis diante de um aparente monoteísmo.
 - (C) racionalizar as práticas educacionais com a finalidade de padronizar comportamentos profissionais. A maturidade social, cultural e cognitiva para apreender os processos relacionados à construção do educador profissional é a mesma de um para outro.
 - (D) admitir a existência da consciência e de eventos mentais, mas propõe sua exclusão das práticas pedagógicas em virtude de sua subjetividade e impossibilidade de observação direta. Propõe a formulação de normas a serem adotadas por todos nos seus fazeres cotidianos.

Leia os trechos abaixo para responder à questão 19.

Os processos de avaliação formativa são concebidos para permitir ajustamentos sucessivos durante o desenvolvimento e a experimentação do *currículum*.

Allal
Currículo e avaliação. MEC.

A avaliação formativa é um dos componentes de um dispositivo de individualização dos percursos de formação e de diferenciação das intervenções e dos enquadramentos pedagógicos.

Perrenoud
Currículo e avaliação. MEC.

19. Considerando que o importante não é a forma, mas a prática de uma concepção de avaliação que privilegia a aprendizagem, é correto afirmar que **não** é fundamental
- (A) avaliar como condição para a mudança de prática e para o redimensionamento do processo de ensino-aprendizagem. Em dia de prova, a professora deve falar: “hoje, vamos fazer uma prova que servirá de base para a avaliação de vocês.”.

- (B) avaliar como parte do processo de ensino e de aprendizagem: não se ensina sem avaliar, não se aprende sem avaliar. Em dia de prova, a professora deve falar: “hoje, vamos fazer um teste que servirá de base para a avaliação de vocês.”.
- (C) romper a falsa dicotomia entre ensino e avaliação, como se esta fosse apenas o final de um processo. O que o estudante demonstrou não conhecer em um momento poderá vir a conhecer em outro.
- (D) reafirmar que a unidade educacional é um local onde se aprende um determinado conteúdo escolar, diferentemente de outros lugares como igrejas, associações, clubes que são espaços onde se aprende a construir relações com as “coisas” (mundo natural) e com as “pessoas” (mundo social). Em dia de prova, a professora deve falar: “hoje faremos uma avaliação.”.

20. A vice-diretora recebeu da professora uma criança com um histórico de vida familiar complexo, com o céu da boca machucado e que dizia ter sido o pai que a machucou. Diante do exposto e da legislação em vigor, a atitude da vice-diretora deve ser

- (A) chamar a mãe, expor o fato, registrar, solicitar ciência e adverti-la que é dever dela zelar pela dignidade da criança, pondo-a a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor. Solicitar um laudo médico para a frequência da criança.
- (B) socorrer a criança, comunicar a família e solicitar a participação desta, mesmo sendo conhecedora da falha do mecanismo familiar, e garantir a frequência. Na falha do mecanismo familiar, é dever do Estado garantir os direitos fundamentais de todas as crianças. O ECA não admite silêncio, de acordo com o artigo 13: “Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.”.
- (C) encaminhar o caso para a justiça e a segurança pública, pois a violência doméstica não pode ser tratada como um problema educacional, das instituições de ensino.
- (D) chamar a família, conversar sigilosamente respeitando a regra que em família prevalece a “lei do silêncio”. Os abusos que caracterizam violência contra crianças e adolescentes apresentam-se rotineiros, no geral, e não apenas em termos domésticos, sob forma de agressão física, sexual, psicológica ou mesmo como negligência.

21. Analise as cenas abaixo comuns nas escolas.

Cena 1: os estudantes procurando suas notas em murais ou quadros de avisos. De um modo geral, são os resultados de final de ano ou de bimestre que irão informá-los sobre possíveis recuperações ou reprovações.

Cena 2: estudantes que só copiam da lousa e do livro e que necessitam, também, copiar as tarefas dos outros ou a tarefa que o colega ao lado está realizando.

Assinale a alternativa que apresenta o que essas cenas representam, respectivamente.

- (A) A cena 1 está relacionada com a exposição do estudante em seu ambiente social. Tanto pode o estudante ter sua autoestima valorizada, caso tenha tido uma boa nota e tenha sido aprovado como pode fazer com que o estudante sinta-se desprestigiado, humilhado frente aos seus pares; trata-se de um currículo oculto. A cena 2 conduz a refletir sobre as práticas educativas, a própria avaliação e até ao currículo oculto existente. O analfabeto funcional é quem lê, mas não interpreta um texto. O copista é quem só copia, não sabe que o “a” que escreveu, por exemplo, é um “a”. São crianças que só copiam no caderno o que vê no quadro, no caderno de outro colega; para ele, as letras são desenhos sem significado.

- (B) A cena 1 retrata a prática da cópia esvaziada de significados e não possibilita a aquisição da linguagem escrita e muito menos a formação de um sentido pessoal. Na cena 2, para os alunos com insucesso, trata-se de uma violência simbólica. A violência simbólica se expressa na imposição “legítima” e dissimulada, com a interiorização da cultura dominante, reproduzindo as relações do mundo do trabalho. O dominado não se opõe ao seu opressor, já que não se percebe como vítima deste processo: ao contrário, o oprimido considera a situação natural e inevitável.
- (C) A cena 1 trata de alunos copistas, ou seja, a arte de escrever sem saber ler. A cena 2, para os alunos com fracasso escolar, pode se caracterizar como uma violência simbólica. Ação Pedagógica perpetua a violência simbólica por meio de duas dimensões arbitrárias: o conteúdo da mensagem transmitida e o poder que instaura a relação pedagógica exercido por autoritarismo.
- (D) Na cena 1, tratam-se de crianças que não se apropriam do significado das palavras. Mas vão galgando as séries porque, como copiam, conseguem cumprir algumas tarefas em sala. A cena 2 é uma forma de violência simbólica. Os alunos não só reconhecem seus professores como uma autoridade, mas também legitimam a mensagem que por eles é transmitida, recebendo e interiorizando as informações.
22. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, as práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores
- (A) as interações e a brincadeira, e garantir experiências que favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical.
- (B) os cuidados com a higiene e alimentação e auto-organização, sobretudo, para as crianças de até 3 anos. Gradativamente, as creches vêm se modificando no sentido de se transformarem em proposta de política pública nos setores de educação, nutrição e saúde. Nas últimas décadas, é crescente o número de crianças que recebem diariamente cuidados fora do lar de forma coletiva, o que exige medidas de prevenção para evitar a transmissão de doenças nesses ambientes.
- (C) a individualidade e a singularidade, e possibilitar experiências que promovam o conhecimento de si por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais, que possibilitem movimentação ampla, expressão do individualismo infantil e respeito pelos ritmos e desejos de cada criança. Na perspectiva descrita, não comporta experiências de conhecimento de mundo e do ambiente, dada a faixa etária dos alunos.
- (D) os conteúdos curriculares e extracurriculares e garantir experiências que possibilitem as crianças maiores a se alfabetizar em Língua Portuguesa, Matemática e a desenvolver a oralidade e a oratória.
23. Um vice-diretor discutia, junto com os professores em uma reunião, a questão do ensino religioso nas escolas. Concluiu-se, então, que, de acordo com a LDBEN,
- (A) os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso.
- (B) os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.
- (C) o ensino religioso deve assegurar o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil.
- (D) o ensino religioso, de matrícula obrigatória em alguns estabelecimentos, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio, sendo oferecido sem ônus para os cofres públicos.

24. De acordo com a LDBEN, assinale a alternativa **incorreta** sobre o Ensino Fundamental.
- (A) Será assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.
 - (B) O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e asiática.
 - (C) O estudo sobre os símbolos nacionais será incluído como tema transversal nos currículos do Ensino Fundamental.
 - (D) O Ensino Fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.
25. Quando estudava na pré-escola, Lucas, de 6 anos, levava toda sexta-feira um brinquedo para a escola. Agora que está no 1º ano do Ensino Fundamental, a atual professora não permite que seus alunos levem brinquedos pessoais à escola, abolindo o chamado “dia do brinquedo”. O pai de Lucas percebeu que ele volta mais cansado da escola. Diante do ocorrido, a direção da escola resolveu incluir na pauta da reunião de professores alguns esclarecimentos sobre o Ensino Fundamental obrigatório de nove anos. Sendo assim, é correto afirmar que, **exceto**
- (A) a criança de seis anos precisa de uma proposta curricular que atenda às suas características, potencialidades e necessidades específicas dessa infância.
 - (B) o Ensino Fundamental de nove anos exige a reelaboração da Proposta Pedagógica das Secretarias de Educação e do Projeto Pedagógico das escolas, bem como a atualização das normas curriculares pelos Conselhos de Educação.
 - (C) garante que a criança esteja alfabetizada com um ano de antecedência, através dos estímulos de uma escolarização precoce.
 - (D) garante aos alunos que entrem, antecipadamente, contato com o ambiente letrado, beneficiando as crianças cujas famílias não possuem o hábito da leitura.
26. Antônio, de 31 anos, está matriculado numa turma do curso noturno da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Ele procura a direção da escola para saber se terá de frequentar as aulas de Educação Física, oferecidas fora do período escolar que estuda. O vice-diretor esclarece que a Educação Física integra-se à proposta pedagógica da escola, sendo a sua prática facultativa, caso o aluno se enquadre nas seguintes condições, **exceto**:
- (A) apresente um documento que comprove a sua paternidade/ maternidade, como por exemplo, a certidão de nascimento de um(a) filho(a).
 - (B) comprove que cumpre uma jornada de trabalho de, pelo menos, 8 (oito) horas diárias.
 - (C) esteja prestando serviço militar inicial.
 - (D) tenha mais de trinta anos de idade.
27. Assinale a alternativa que **não** apresenta um pressuposto para a construção de uma escola inclusiva.
- (A) Oferecer cursos de formação de cuidadores especializados.
 - (B) Acessibilidade dos espaços escolares.
 - (C) Adaptação do material didático.
 - (D) Formação de professores especializados.

28. De acordo com o Ideb (Índice de desenvolvimento da Educação Básica), assinale a alternativa correta.
- (A) Estabelece como meta que, em 2022, o Ideb do Brasil atinja o índice 6.0, média que corresponde aos sistemas educacionais dos países desenvolvidos.
 - (B) O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e as médias de desempenho dos alunos nas avaliações do Saesp.
 - (C) As metas são as mesmas para cada rede de ensino e estabelecimentos escolares.
 - (D) O resultado nacional do Ideb 2009 mostra que não houve avanços em nenhum nível de ensino.
29. A Lei Municipal nº 11.689/03 autoriza as unidades educacionais públicas municipais a utilizarem os recursos financeiros provenientes do orçamento do Município e de convênios com a União e o Estado, desde que estejam de acordo com o Plano de Aplicação de Recursos, nos casos de, **exceto**
- (A) a aquisição de material de escritório para consumo urgente e necessário ao funcionamento da Unidade Educacional.
 - (B) a aquisição de gêneros alimentícios, incluindo a aquisição de guloseimas, lanches ou a contratação de serviço de bufê.
 - (C) a aquisição de uniformes de fanfarra, coral, fantasias, coletes para jogos e demais itens de vestuário de caráter coletivo.
 - (D) a aquisição de materiais e contratação de serviços para a realização de pequenos reparos da unidade educacional.
30. De acordo com a Lei Municipal nº 6.894/91, o integrante do Quadro do Magistério perde o direito ao adicional noturno no caso de
- (A) aposentadoria.
 - (B) licença nojo.
 - (C) licença para tratamento de saúde do próprio servidor.
 - (D) convocação para integrar júri.
31. De acordo com a Lei Municipal nº 6.894/91, a leia o trecho abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.
- O profissional acessado a novo cargo, após a homologação deste Estatuto, cumprirá estágio probatório de até _____, para efeito de efetivação no cargo que acessou.
- (A) 24 meses
 - (B) 18 meses
 - (C) 8 meses
 - (D) 6 meses
32. De acordo com a Lei Municipal nº 6.662/91, o Conselho de Escola pode deliberar sobre
- (A) ampliações e reformas em geral no prédio da unidade.
 - (B) problemas existentes entre o corpo docente, entre os alunos ou entre os funcionários e que estejam prejudicando o projeto pedagógico da unidade.

- (C) projetos de atendimentos integral ao aluno, no campo material, psicopedagógico, social ou de saúde.
- (D) as penalidades disciplinares a que estiverem sujeitos os funcionários, servidores e alunos da unidade escolar sem prejuízo de recorrência a outras instâncias.
33. D. Cristina, mãe de Alice, de 6 anos, veio até a escola de Ensino Fundamental para saber porque a criança não tinha sido encaminhada para uma turma do 1º ano, e permaneceu na pré-escola. Conta que tem uma sobrinha com a mesma idade de sua filha, que faz aniversário uma semana antes, e ela conseguiu vaga no 1º ano de uma EMEF, perto da casa onde mora. Após verificar todos os documentos que a mãe apresentou, a vice-diretora deu o seu parecer sobre o ocorrido baseando-se na LDBEN, que foi o seguinte:
- (A) a escola tem uma demanda muito grande para o 1º ano do Ensino Fundamental e, por essa razão, não tem condições e nem obrigação de atender todos os interessados.
- (B) a “data de corte” deve ser respeitada para o ingresso da criança no 1º ano do Ensino Fundamental, ou seja, ela deve ter 6 anos de idade completos ou a completar, até o início do ano letivo no respectivo sistema de ensino. Através da documentação apresentada, é possível constatar que Alice completou 6 anos, após a “data de corte” e, por isso, ela permaneceu na pré-escola.
- (C) a LDBEN garante vaga para toda criança em idade escolar, nas escolas que ficam próximas de onde ela mora. No caso de Alice, ela permaneceu na pré-escola porque o estabelecimento de ensino, que fica mais perto de sua residência, é de Educação Infantil.
- (D) a mãe deve procurar o Conselho Tutelar e a Secretaria Municipal de Educação e exigir que a criança entre no 1º ano do Ensino Fundamental, sem critérios preestabelecidos, apenas fazendo valer o direito à Educação.
34. De acordo com a Lei Municipal nº 7.145/92, o Conselho das Escolas Municipais tem como competência estabelecer as diretrizes para
- (A) a organização e execução dos Congressos Municipais de Educação.
- (B) as modificações a serem introduzidas no Plano Diretor do Município no que diz respeito à Educação Pública.
- (C) elaboração do Plano Pedagógico da Escola.
- (D) os organismos auxiliares das unidades educacionais.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo, transcrito com pequenas alterações para esta avaliação, para responder às questões de 35 a 39. Trata-se de um ofício que pode ser encontrado no site oficial do MEC.

Ministério da Educação

Secretaria Executiva

Subsecretaria de Assuntos Administrativos

Coordenação Geral de Gestão de Pessoas

Brasília, 28 de abril de 2009

Aos Dirigentes de Recursos Humanos das IFE vinculadas ao Ministério da Educação

Assunto: Enquadramento no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, de servidores oriundos de IFE redistribuídos para a Advocacia Geral da União.

Cumprindo as determinações constantes do art. nº 329, § 1º, da Lei nº 11.907, de 02 de fevereiro de 2009, as Instituições Federais de Ensino que tiveram servidores redistribuídos para a Advocacia Geral da União deverão proceder ao enquadramento dos mesmos no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005.

O enquadramento dos servidores será promovido em cada IFE pela Comissão instituída nos termos do art. 19 da Lei nº 11.091/2005, que deverá ser reconstituída com essa finalidade específica.

O prazo máximo para o enquadramento será de 90 (noventa) dias contados da data de publicação da Lei nº 11.097/2009, ou seja, até o dia 02.05.2009, mediante posicionamento na Matriz Hierárquica e no nível de capacitação correspondente às certificações que os servidores possuem.

Para tanto, caberá à AGU encaminhar à Instituição de origem do servidor:

- 1 – certidão que comprove o tempo de serviço público federal do servidor;
- 2 – certificado(s) ou diploma(s) de educação formal em nível superior ao exigido para ingresso no cargo de que o servidor é titular, para fins de concessão do Incentivo à Qualificação;
- 3 – certificados de cursos de capacitação, para efeito de enquadramento no nível de capacitação correspondente;
- 4 – especificação do ambiente organizacional de atuação do servidor, de acordo com o Anexo II do Decreto nº 5.824, de 29 de junho de 2006.

De posse desses dados, as Comissões promoverão o enquadramento dos servidores, considerando os parâmetros estabelecidos na Lei nº 11.091/2005, conforme aplicados originalmente para os demais servidores da IFE.

Uma vez publicado o ato de enquadramento, caberá à Advocacia Geral da União efetuar os ajustes sistêmicos necessários à sua implementação no sistema SIAPE.

Atenciosamente,

Joaquim Maria Machado de Assis

Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas/MEC

35. Levando em consideração o texto como um todo e as orientações da gramática normativa tradicional, assinale a alternativa correta.
- (A) No fragmento: “de servidores **oriundos de** IFE redistribuídos para a Advocacia Geral da União.”, retirado do trecho referente ao “Assunto”, a expressão destacada pode ser substituída, sem que ocorra erro gramatical ou alteração de sentido, por “lotados em”.
 - (B) No primeiro parágrafo, no trecho: “Cumprindo as determinações **constantes** do art. nº 329”, o vocábulo destacado pode ser substituído, sem que ocorra erro gramatical ou alteração de sentido, por “contínuas”.
 - (C) O trecho “as Instituições Federais de Ensino que tiveram servidores redistribuídos para a Advocacia Geral da União”, do primeiro parágrafo, permite inferir que nem todas as IFE tiveram servidores redistribuídos para a AGU.
 - (D) No trecho: “deverão **proceder ao** enquadramento dos mesmos”, do primeiro parágrafo, a expressão destacada pode ser substituída, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo de sentido, por “provir de”.
36. Levando em consideração o texto como um todo e as orientações da gramática normativa tradicional, assinale a alternativa correta.
- (A) No primeiro parágrafo do texto, no trecho: “deverão proceder ao enquadramento **dos mesmos** no Plano de Carreira”, a expressão destacada pode ser substituída, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo de sentido, por “destes”.
 - (B) A última oração do primeiro parágrafo, “de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005.”, pode ser reescrita da seguinte maneira, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico: “de que se trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005.”.
 - (C) A primeira oração do segundo parágrafo do texto, “O enquadramento dos servidores será promovido em cada IFE”, pode ser reescrita da seguinte maneira, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico: “Se promoverá o enquadramento dos servidores em cada IFE”.
 - (D) Na primeira oração do segundo parágrafo do texto, “O enquadramento dos servidores será promovido em cada IFE pela Comissão **instituída nos termos do art. 19**”, o autor deveria ter utilizado uma vírgula antes do trecho destacado.
37. Levando em consideração o texto como um todo e as orientações da gramática normativa tradicional, assinale a alternativa correta.
- (A) Na última oração do segundo parágrafo: “que deverá ser reconstituída com **essa finalidade específica**.”, o trecho destacado refere-se ao enquadramento das IFE no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação.
 - (B) A recorrência do substantivo “enquadramento” nos três primeiros parágrafos permite afirmar que a repetição é recurso fundamental de coesão textual, com a finalidade de garantir a clareza do texto.
 - (C) No trecho: “mediante posicionamento na Matriz Hierárquica e **no** nível de capacitação”, do terceiro parágrafo, o termo destacado pode ser substituído, sem que ocorra erro gramatical ou alteração de sentido, por “o”.
 - (D) No trecho: “no nível de capacitação correspondente às certificações que os servidores **possuam**.”, do final do terceiro parágrafo, a forma verbal destacada pode ser substituída, sem que ocorra erro gramatical ou alteração de sentido, por “possuem”.

38. Levando em consideração o texto como um todo e as orientações da gramática normativa tradicional, assinale a alternativa correta.
- (A) No quarto parágrafo, no período: “**caberá** à AGU encaminhar à Instituição de origem do servidor”, a forma verbal destacada é transitiva direta e indireta.
 - (B) No quarto parágrafo, no período: “caberá à AGU encaminhar à Instituição de origem do servidor”, as duas ocorrências do acento grave são facultativas.
 - (C) No quarto parágrafo, no período: “caberá à AGU **encaminhar** à Instituição”, os complementos diretos da forma verbal destacada são os termos enumerados de 1 a 4 no texto.
 - (D) No item 2, a expressão “em nível superior ao exigido” pode ser substituída, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico por “a nível de ensino superior exigido”.
39. Levando em consideração o texto como um todo e as orientações da gramática normativa tradicional, assinale a alternativa correta.
- (A) Ao final dos itens de 1 a 3, as ocorrências do ponto e vírgula poderiam ser substituídas, sem que ocorresse erro gramatical, alteração de sentido ou prejuízo à coesão e à coerência do texto, por pontos finais, desde que fossem feitos os devidos ajustes nas letras minúsculas dos vocábulos que iniciam cada um dos itens.
 - (B) O trecho “para fins de concessão do Incentivo à Qualificação”, retirado do item 2, pode ser reescrito da seguinte maneira, sem que ocorra erro gramatical, alteração de sentido ou prejuízo à coesão e à coerência do texto, da seguinte maneira: “para concessão do Incentivo à Qualificação”.
 - (C) No trecho: “**Uma vez publicado o ato de enquadramento**, caberá à Advocacia Geral da União efetuar os ajustes sistêmicos”, do último parágrafo, o termo destacado tem valor causal, e pode ser substituído, sem que ocorra erro gramatical ou alteração de sentido, por “Uma vez que foi publicado o ato de enquadramento”.
 - (D) No trecho: “caberá à Advocacia Geral da União efetuar os ajustes sistêmicos necessários **à** sua implementação no sistema SIAPE.”, do último parágrafo, é proibida a supressão do acento grave no termo destacado, devido à regência nominal e ao uso do artigo definido em expressão que contém pronome possessivo.

Leia o texto abaixo para responder às questões de 40 a 44.

Os desmandos do ensino apostilado

Em 2005 e 2006, circularam notícias dando conta de que a última onda no ensino fundamental público, mormente o paulista (129 dos 645 municípios já aderiram), é a terceirização pedagógica, por meio da aquisição de “kits de ensino” oferecidos pelos sistemas privados. O pacote é composto por apostilas para alunos, treinamento para os professores e, sobretudo, promessa de maior controle dos resultados para os gestores.

Não se trata aqui de subscrever, mais uma vez, o atestado de impotência dos profissionais da educação pública ante o apelo implacável da privatização educacional (agora desde o interior das salas de aula), mas de moderar o afã em torno da prática do apostilamento.

Idealizado como corretivo tanto para a malemolência docente quanto para a dispersão discente, o ensino apostilado propõe-se a disciplinar e normatizar os usos e costumes de sala de aula, imprimindo-lhes um ritmo cadenciado, aligeirado, fabril, de modo que não reste tempo hábil para o vago e moroso trabalho do pensamento, este cativo da interrogação (às vezes, da refração), jamais da reiteração compulsória.

A título de maximização dos percursos programáticos, a logística do ensino apostilado é a do estresse calculado, via compactação e compartimentalização dos informes conteudistas, cuja difusão se dá a toque de caixa, geralmente na forma de resumos, esquemas, sínteses. Envoltos pela aura clássica da memorização/reprodução, professores e alunos arremedam as informações enciclopédicas dispostas nas apostilas, embaralhando-se numa sucessão de ecos sem fim e sem propósito.

Nada mais avesso aos ditames pedagógicos contemporâneos, segundo os quais as relações com o saber, se significativas, deveriam portar um caráter edificante, jamais imitativo. Em outros termos, perplexidade e conflito mais do que esclarecimento e harmonização. Para tanto, ensinar poucas coisas para ensiná-las bem – eis o que até o mais ralo bom senso sabe de antemão. Por que, então, insistir no oposto?

Quanto à profissionalidade docente, o resultado é um só: a supressão da independência intelectual, das diferenças de estilo, da liberdade de ação. Seus, agora, executores enfileiram-se de acordo com um modelo homogêneo de conduta que deveria ser acatado sem pestanejar, sob pena de provarem o fardo do desvio e, no limite, do expurgo. Anuência imposta, os professores veem seu vigor e seu entusiasmo serem subtraídos ao máximo – sobretudo aqueles em início de carreira, portadores das feições ideais para a empreitada, estas já carcomidas entre os que têm mais tempo de estrada e são menos porosos às antigas novidades que o ensino apostilado decreta.

Hesitações discentes abafadas, dissonâncias docentes caladas, a autonomia de ambos eclipsada: eis o saldo ético-político do ensino apostilado, um dos símbolos magnos dos tempos neoconservadores que rondam as práticas pedagógicas anuais.

AQUINO, Julio Groppa. “Os desmandos do ensino apostilado”. In: **Instantâneos da escola contemporânea**. Campinas: Papirus, 2007.

40. Levando em consideração o texto como um todo e as orientações da gramática normativa tradicional, assinale a alternativa correta.
- (A) O trecho “circularam notícias dando conta de que a última onda no ensino fundamental público, mormente o paulista”, do primeiro parágrafo, pode ser reescrito da seguinte maneira, sem que ocorra erro gramatical ou alteração de sentido: “circulou notícias dando conta que a última onda no ensino fundamental público, principalmente o paulista”.
 - (B) A expressão “terceirização pedagógica”, do primeiro parágrafo, abre uma cadeia de sentido de importância fundamental no texto – também expressa nos termos “privatização educacional”, do segundo parágrafo; “ritmo cadenciado, aligeirado, fabril”, do terceiro; “a toque de caixa”, do quarto; “esclarecimento e harmonização”, do quinto; “executores” e “empreitada”, do sexto; e “saldo”, do último.
 - (C) Segundo o ponto de vista defendido no texto, a preeminência do ensino apostilado sobre outros métodos de terceirização pedagógica, no âmbito da rede pública, que se aproveitou das conquistas do ensino privado, foi conquistada devido à clareza com que as apostilas para os alunos e o treinamento para os professores permitiram que os gestores do ensino público aferissem e controlassem os resultados obtidos.
 - (D) No trecho: “**Não se trata aqui de** subscrever, mais uma vez, o atestado de impotência dos profissionais da educação pública **ante** o apelo implacável”, do segundo parágrafo, os termos destacados podem ser substituídos, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico, por “Não se deve aqui” e “frente a”.

41. Levando em consideração o texto como um todo e as orientações da gramática normativa tradicional, assinale a alternativa correta.
- (A) No trecho: “Não se trata aqui de **subscrever**, mais uma vez, o atestado de impotência”, do segundo parágrafo, o vocábulo destacado pode ser substituído, sem que ocorra erro gramatical ou alteração de sentido, por “enjeitar”.
 - (B) No trecho: “mas de moderar **o afã** em torno da prática do apostilamento.”, do segundo parágrafo, o trecho destacado pode ser substituído, sem que ocorra erro gramatical ou alteração de sentido, por “a displicência”.
 - (C) No trecho: “o ensino apostilado propõe-se **a disciplinar e normatizar** os usos e costumes de sala de aula”, do terceiro parágrafo, o fragmento destacado pode ser reescrito, sem que ocorra erro gramatical ou alteração de sentido, por “a disciplinar e a normatizar”.
 - (D) No fragmento: “imprimindo-**lhês** um ritmo cadenciado, aligeirado, fabril, de modo que não reste tempo hábil para o vago e moroso trabalho do pensamento”, do terceiro parágrafo, o pronome destacado refere-se aos termos antecedentes “a malemolência docente” e “dispersão discente”.
42. Levando em consideração o texto como um todo e as orientações da gramática normativa tradicional, assinale a alternativa correta.
- (A) No terceiro parágrafo, no trecho: “**de modo que** não reste tempo hábil para o vago e moroso trabalho do pensamento”, a expressão destacada pode ser substituída, sem que ocorra erro gramatical ou alteração de sentido, por “a fim de que”.
 - (B) Segundo o ponto de vista defendido ao longo do texto, o motivo pelo qual o material apostilado é eficiente, no que diz respeito ao controle dos resultados, é a substituição dos trabalhos de natureza vaga e morosa pela habilidade da reiteração.
 - (C) É possível a inferência de que as expressões “vago e moroso”, na perspectiva dos defensores do material apostilado, representam a ineficiência do sistema de ensino que prescinde da terceirização pedagógica, manifestada na expressão “kits de ensino” do sistema privado.
 - (D) Segundo o ponto de vista defendido no texto, a ineficiência do material apostilado está baseada em trabalho vago e moroso, que se perde em interrogações e refrações desnecessárias, desviando-se da reiteração compulsória.
43. Levando em consideração o texto como um todo e as orientações da gramática normativa tradicional, assinale a alternativa correta.
- (A) No quarto parágrafo, no trecho: “**Envoltos** pela aura clássica da memorização/reprodução, professores e alunos **arremedam** as informações enciclopédicas dispostas nas apostilas”, os termos destacados podem ser substituídos, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico, por “Cercados” e “imitam caricaturalmente”.
 - (B) Os termos “perplexidade e conflito” sumariam de forma concisa os “ditames pedagógicos contemporâneos”, do quinto parágrafo, também exemplificados pejorativamente, na perspectiva do autor do texto, aos termos “compactação e compartimentalização dos informes conteudistas”, do quarto, que se embaralham “numa sucessão de ecos sem fim e sem propósito”.
 - (C) Os termos “esclarecimento e harmonização” sumariam de forma concisa os “ditames pedagógicos contemporâneos”, do quinto parágrafo, também exemplificados pejorativamente, na perspectiva do autor do texto, à “supressão da independência intelectual, das diferenças de estilo, da liberdade de ação” do professor, explicada no sexto parágrafo.
 - (D) Segundo o ponto de vista defendido pelo autor do texto, “ensinar poucas coisas para ensiná-las bem”, expressão extraída do quinto parágrafo, é frase característica do senso comum, ralo, expresso nos chamados “ditames pedagógicos contemporâneos”, de caráter imitativo. A insistência no oposto

desses ditames corresponde ao modelo de “compactação e compartimentalização dos informes conteudistas” (expressão do quarto parágrafo).

44. Levando em consideração o texto como um todo e as orientações da gramática normativa tradicional, assinale a alternativa correta.
- (A) No penúltimo parágrafo, no trecho: “**Anuência imposta**, os professores veem seu vigor e seu entusiasmo serem subtraídos ao máximo”, o termo destacado tem valor causal e pode ser substituído, sem erro gramatical ou alteração de sentido, por “Desabono imposto”.
 - (B) Segundo as afirmações do penúltimo parágrafo, é possível afirmar que os professores que “têm mais tempo de estrada” são mais afeitos ao ensino apostilado e aos ditames pedagógicos contemporâneos.
 - (C) É possível a inferência de que, para professores que fogem à “supressão da independência intelectual, das diferenças de estilo, da liberdade de ação” (expressão do penúltimo parágrafo), ocasionada pelos materiais apostilados, uma consequência possível é a demissão.
 - (D) Os termos “antigas novidades”, retirado do penúltimo parágrafo e “neoconservadores”, retirado do último parágrafo, contêm antítese que pode ser considerada a síntese do ponto de vista do autor a respeito do material apostilado: ele encerra em si as máximas da interrogação e da refração, portadoras de caráter edificante.

CONHECIMENTOS GERAIS

Leia o trecho abaixo para responder à questão 45.

Nascer é penetrar na condição humana. Entrar em uma história, a história singular de um sujeito, inscrita na história maior da espécie humana. Entrar em um conjunto de relações e interações com outros homens. Entrar em um mundo onde ocupa um lugar (inclusive, social) e onde será necessário exercer uma atividade.

Bernard Charlot. Adaptado.

45. Nascer significa ver-se submetido à obrigação de aprender para
- (A) desabrochar, tornar-se plenamente um sujeito. Mas não é possível falar de desabrochamento sem levar em consideração a realidade econômica, social e política. Ninguém desabrocha no abstrato, pois o desabrochamento pressupõe condições concretas e sociais de realização. A escola e o trabalho pedagógico por ela desenvolvido só podem ser compreendidos quando relacionados ao sistema das relações entre as classes. A escola não é uma instância neutra que transmite uma forma de conhecimento intrinsecamente superior e que avalia os alunos a partir de critérios universalistas, mas, ao contrário, é uma instituição a serviço da reprodução e legitimação da dominação exercida pelas classes dominantes.
 - (B) construir a consciência individual. A construção do ser social, feita em boa parte pela educação, é a assimilação pelo indivíduo de uma série de normas e princípios, sejam morais, religiosos, éticos ou de comportamento, que balizam a conduta do indivíduo em um grupo. O homem, mais do que formador da sociedade, é um produto dela.

- (C) formar consciência individual. Em cada indivíduo há dois seres inseparáveis, porém distintos. Um deles é individual. Tal porção do sujeito, o jovem bruto, é formada pelos estados mentais de cada pessoa. O desenvolvimento dessa metade do homem é a principal função da educação. Principalmente por meio da psicologia, entendida então como a ciência do indivíduo, os professores tentam construir nos estudantes os valores e a moral. O outro lado do indivíduo é algo formado por um sistema de ideias que exprimem, dentro das pessoas, a sociedade de que fazem parte. A educação é uma socialização da jovem geração pela geração adulta.
- (D) se constituir em um triplo processo: de hominização – tornar-se homem –; de singularização – tornar-se um exemplar único de homem –; de socialização – tornar-se membro de uma comunidade, partilhando seus valores e ocupando um lugar nela. Nascer, aprender, é entrar em um conjunto de relações e processos que constituem um sistema de sentido, no qual se questiona “quem sou, quem é o mundo, quem são os outros”. Diante disto, na escola, é necessário ensinar com significado para mobilizar os alunos.

Leia o trecho abaixo para responder à questão 46.

A educação para a humanização é, para todos nós que estamos trabalhando no campo da Educação Emancipatória, o princípio ético, a determinação política, a utopia estética e o horizonte institucional. Nesta direção, a humanização da educação e da escola é, ao mesmo tempo, processo e produto, nascido e conquistado num projeto de mútua determinação e radicais lutas de professores transformadores. Enquanto processo é ação diária, nas escolas, nas aulas, nas reuniões, no trabalho pedagógico, para fazer valer os princípios da igualdade, da convivência fraterna, da reciprocidade, da solidariedade ativa, para a promoção de um mundo mais justo e humano. Enquanto produto é o espaço novo da educação do homem ativo, que aprendeu a viver junto com seus semelhantes, na empreitada da formação e da produção social, da cultura à economia.

Cesar Nunes.

Educação: humanização e relações de poder. IN: Revista Apase/2005. Adaptado.

46. No campo da Filosofia e da Antropologia Filosófica, hominização e humanização significam, respectivamente,
- (A) a produção da condição humana, o fazer-se homem, seja como processo cultural e grupal, seja como sujeito e subjetividade/ desenvolvimento cultural da espécie e a ação do homem a partir de sua natureza e identidade, sobre a natureza, a sociedade, a civilização, o mundo externo; a humanização da educação e da escola passa pela construção de uma nova cultura, baseada em parâmetros éticos e estéticos emancipatórios. Educar para pensar e sentir.
- (B) elevar à altura do homem (uma doutrina), tornar-se mais humano, mais sociável, civilizar-se/ um conjunto complexo que proporcionou a evolução dos primatas ao homem. Educar, hoje, é transmitir os valores construídos pela sociedade humana.
- (C) tornar-se sensível e caridoso; compadecer-se/ o processo pelo qual os antropoides se tornaram homens; a fim de estudar o processo explicativo de tudo o que faz do homem um animal específico, toma-se como ponto de partida o nascimento da humanidade ou a origem da cultura. Educar é inserir o homem na cultura humana.
- (D) enfatizar a ética e o relacionamento interpessoal; reconhecer o ser humano como foco principal e riqueza de uma sociedade/ a passagem de animal para homem; é necessária a ressignificação da prática pedagógica e dos conhecimentos elaborados e reelaborados na escola, uma vez que a ponte do investimento educacional é o pleno desenvolvimento humano, como determina a legislação.

47. Um supervisor de educação, atuando em um órgão regional da Secretaria Municipal de Educação, o qual estabelece que compete à supervisão orientar, acompanhar e analisar o processo de constituição anual do Conselho de Escola, ao analisar o anexo do Projeto Educacional que descreve a composição do Conselho de Escola, deparou-se com a seguinte descrição:

Conselho de Escola da Escola Municipal Brasil

Presidente: Diretor de Escola – membro nato

Trabalhadores da educação: 10 (dez).

Pais: 5 (cinco).

Alunos: 3 (três).

Total: 19 (dezenove), incluído o membro nato.

Diante da composição apresentada, o supervisor educacional, com base na Lei Orgânica do Município de Campinas de 30/03/1990, deve elaborar um parecer

- (A) pela homologação, sendo que a homologação é de competência do Dirigente Regional, por atender à legislação. A Lei determina que os Conselhos de escola sejam compostos por alunos, pais, trabalhadores da educação, sendo que os últimos sempre serão maioria, e que a presidência deste órgão colegiado é exercida pela Direção da Escola, como membro nato e com direito de voto de desempate.
- (B) que devolve o documento para a escola, solicitando a reelaboração do processo eletivo, em um prazo determinado, atendendo ao que determina a legislação. Os Conselhos de Escola serão compostos de forma paritária por alunos, pais e trabalhadores em Educação, que elegerão a presidência.
- (C) que homologa o documento, pois atende à legislação. Os Conselhos de Escola serão compostos por alunos, pais e trabalhadores em Educação, tendo como membro nato a gestão da unidade. Os segmentos que compõem o Conselho têm proporções desiguais em função da idade das crianças e da falta de competência técnica de alguns pais.
- (D) que devolve o documento para a escola, solicitando que reelabore o processo eletivo, em um prazo determinado, atendendo ao que determina a legislação. Os Conselhos de Escola serão compostos de forma paritária por pais e trabalhadores em Educação, sendo que a presidência é exercida pela direção da escola, um membro nato.
48. Durante uma reunião, um supervisor educacional e um professor da rede municipal da cidade de Campinas conversavam sobre todos os propósitos do Sistema Municipal de Ensino, estabelecidos pela Lei nº 12.501/06. Desta forma, certamente os dois profissionais debateram sobre uma destas finalidades, que é
- (A) oferecer educação infantil, garantindo acesso e permanência gratuitos nas Unidades Educacionais de Educação Infantil às crianças de 3 meses até 7 anos, tendo como objetivo garantir os serviços de proteção à população mais vulnerável à exclusão social, suprimindo a ação da família e da comunidade.
- (B) garantir padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.
- (C) assegurar formação, produção e a pesquisa científica que possibilite o direito à aprendizagem, exclusivamente, a todos os educandos que completarem 7 anos.
- (D) garantir a participação de docentes e discentes na formulação de políticas e diretrizes para a educação do município, e dos pais e demais segmentos ligados às questões da educação municipal apenas na gestão e controle social dos recursos financeiros e materiais do ensino público e privado, repassados pelo Poder Público.

49. Em fevereiro de 2012, representantes dos movimentos sociais do campo reuniram-se em audiência com o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, para apresentação da última versão do Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO). O encontro foi uma iniciativa do gabinete e assessoria do ministro e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e da diretoria de Políticas para Educação no Campo e Diversidade (DPECAD). Na ocasião, Aloizio Mercadante informou que ele e a Presidente Dilma pretendem fazer o lançamento do PRONACAMPO no mês de março. O ponto de partida deste evento é a percepção de que existe no Brasil, em processo de construção, um movimento nacional em torno da questão da Educação do Campo. Tal ato e política reconhecem
- (A) a diversidade sociocultural e o direito à igualdade e à diferença.
 - (B) a visão urbanocêntrica, de raízes fincadas na ideologia desenvolvimentista de caráter urbano-industrial, como necessariamente hegemônica.
 - (C) o direito à igualdade e ao igualitarismo sem distinção do tipo campo-cidade e da produção da existência. A educação escolar é em si um processo universal e se não for desenvolvido do mesmo modo em todos os lugares e para todos, provoca desigualdade.
 - (D) a visão urbanocêntrica excludente do campo como a que embasa as políticas educacionais brasileiras.
50. Carreira é o percurso que um profissional percorre durante sua trajetória. Em Campinas, ela é definida pela Lei Municipal nº 12.987/07, que dispõe sobre o plano de cargos, carreiras e vencimentos do Magistério Público Municipal. Os professores que ocupam um cargo e fazem parte de um grupo (conjunto de cargos com atribuições semelhantes) dentro do quadro do Magistério Público podem evoluir dentro da sua carreira por meio da progressão vertical e da progressão horizontal. Os professores podem passar de um grau para outro mediante avaliação de desempenho, que tem a finalidade de aprimoramento dos métodos de gestão, valorização do servidor, melhoria da qualidade e eficiência do serviço público e para fins de Evolução Funcional. É consensual a consideração de que o desempenho profissional dos professores, como o de outros profissionais, deve ser sujeito a avaliações sistemáticas capazes de diagnosticar o estágio em que se encontram e, ao mesmo tempo, disponibilizar informação para orientar processos de desenvolvimento. Diante disso e do dispositivo legal, a avaliação de desempenho
- (A) é um ato momentâneo, que não envolve um processo de observação, descrição, análise, acompanhamento da atuação do funcionário e a interpretação de sua atividade profissional na tomada de decisões relativas ao servidor, de ordem formativa, administrativa, salarial, ou outras. Trata-se de uma avaliação quantitativa, classificatória. É um instrumento do planejamento público.
 - (B) permite afirmar que não há progressão automática entre professores. Como a sua aplicação enfrenta momentos difíceis, conflituosos e turbulentos, há a prevalência da opinião da gestão imediata, gerando uma diferenciação extremamente imobilizadora entre os professores. Independente das ações e da vontade do avaliador, o processo se transforma em um exercício de ansiedade, conflituosidade e em um campo de disputa técnica centrada na discussão sobre os meios, os instrumentos e sobre quem deve construí-los.
 - (C) é uma política governamental que visa a maximizar o desempenho do servidor. É uma medida que afirma que o professor vale o que desempenha. No caso específico do professor na escola, tal como determina a legislação, a avaliação permite que ele descreva, interprete e reflita sobre a sua prática. Ou seja, trata-se de uma avaliação formativa no sentido pleno, capaz de sugerir planos de ação individual e/ou coletivo, susceptíveis de levar cada professor, no quadro do seu contexto de trabalho, ao máximo desempenho possível, e isso é sinônimo de melhoria contínua das aprendizagens dos alunos.
 - (D) deve ser uma atividade de reflexão-ação sobre a distância entre o desejado e o executado, que, se bem conduzida, pode ser benéfica para ao avaliado, o avaliador e a instituição. Para tal, é necessária a participação dos servidores na definição dos objetivos, das metas da instituição, dos planos de

trabalho e de ação. Não se resume no momento da avaliação em si, envolve observação, registro, análise, interpretação e acompanhamento da atuação do servidor. Não é aceitável que a avaliação de desempenho seja feita sem acautelar questões éticas basilares.